

INTRODUÇÃO

“Se os homens fossem anjos, não haveria a necessidade de governo; e se anjos governassem os homens, não haveria necessidade de meio algum externo ou interno para regular a marcha do governo.”
(HAMILTON)

O presente livro é fruto de anos de pesquisas, estudos e docência dos autores nas áreas da Ciência Política, da Teoria do Estado, do Direito Constitucional, do Direito Comparado e de áreas afins. O projeto nasceu em 2013, foi adiado por fatores alheios à vontade dos autores, e posteriormente, retomado e finalmente concluído.

Pretende-se com ele ofertar ao leitor uma visão ampla dos temas principais da Teoria do Estado, voltada principalmente para o ensino de graduação nos cursos de Bacharelado em Direito, podendo ser utilizado também como leitura complementar ou auxiliar em outros níveis ou outras formações acadêmicas.

Aqui convém tecer alguns esclarecimentos preliminares que se fazem necessários. Embora muitos critiquem a abordagem clássica da Teoria do Estado, sustentando sua substituição pelo ensino da Ciência Política nos Cursos de Direito – crítica em boa medida fundamentada –, aqui se fez a opção de elaborar uma obra de Teoria do Estado e não de Ciência Política por se discordar da visão simplista segundo a qual a Teoria do Estado é necessariamente obsoleta nos cursos jurídicos.

Teoria do Estado Moderno e Contemporâneo

Primeiramente, há que se observar que os estudos no campo da Ciência Política encontram-se cada vez mais avançados, mas, por várias razões, são por vezes dificilmente acessíveis aos estudantes de graduação. As teorias são cada vez mais complexas, a literatura se torna cada vez mais especializada. Metodologicamente, utilizam-se inúmeros mecanismos normalmente (ainda) estranhos para o bacharelado em Direito, tais como a Teoria dos Jogos, conceitos microeconômicos da Teoria da Escolha Racional, diversos tipos de formalização matemática e modelização por meio de representação geométrica, às vezes bastante complexa, entre outros problemas.

Essencialmente, constata-se que o nível de profundidade da discussão dos temas que são abordados também pela Teoria do Estado, em muitos escritos de Ciência Política, vão muito além das necessidades médias da graduação em direito e muito além daquilo que parece razoável esperar que seja apreendido na graduação em Direito – e não em Ciência Política, pois aí o caso seria diferente.

Além disso, espoca-se aqui entendimento no sentido de que as classificações e categorizações, os conceitos, os modelos, os tipos ideais desenvolvidos pela Teoria do Estado não precisam ser obsoletos ou triviais. Sustenta-se ser possível atualizar a perspectiva da Teoria do Estado, incorporar a ela inúmeros avanços, muitos proporcionados pela Ciência Política e por outras disciplinas, tais como a Antropologia e a Sociologia Políticas, sem, no entanto, torná-la de complexidade inacessível ao estudante da graduação do direito. Sustenta-se ser possível fazer com

Sgarbossa & Iensue

que não fique trivial nem pedestre, como às vezes ocorre, sem torná-la de complexidade bizantina, por outro lado.

Na maioria das vezes, o ensino dos modelos e teorias proporcionados pela Teoria do Estado, desde que revisados, atualizados e complementados, são mais do que suficientes para suprir a maior parte das necessidades de compreensão do fenômeno político pelos alunos da graduação em Direito, sendo imprescindíveis especialmente para os estudos de Direito Público (Direito do Estado) em geral e, em particular, de Direito Constitucional e disciplinas afins.

Desde que bem trabalhados, sem simplificações excessivas nem desatualização, e no nível adequado de profundidade, tais conceitos, modelos, tipos ideais, categorizações, classificações e teorias são capazes de ampliar drasticamente a compreensão do estudante sobre o fenômeno político e sua conexão com o jurídico, capacitando-o a compreender as características do Estado moderno e contemporâneo e sua relevância para o sistema político e jurídico, além de prepará-lo para a cidadania, ao possibilitar o aguçamento de uma perspectiva crítica sobre a importância e, ao mesmo tempo, os problemas e as limitações de temas importantíssimos e complexos, tais como a democracia e o Estado de direito.

A abordagem do fenômeno político pela Teoria do Estado revisitada constitui, reputa-se, o fundamento sólido para o desenvolvimento posterior do estudo do Direito do Estado ou Direito Público em geral, e de disciplinas específicas de importância crucial neste

Teoria do Estado Moderno e Contemporâneo

campo, tais como Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Eleitoral, Direito Internacional Público, entre outras.

Na elaboração da presente obra buscou-se elaborar um curso atualizado e mais aprofundado do que outros disponíveis no país, buscando realizar uma abordagem abrangente dos temas principais de uma Teoria do Estado Moderno e Contemporâneo revisitada, que sirva ao duplo propósito de propiciar aos alunos a formação teórica e crítica mencionada de modo apropriado para a graduação em Direito.

A presente obra contempla todos os temas tradicionalmente encontrados nos livros dedicados a esta disciplina, e adota uma abordagem interdisciplinar, eis que embora a tônica seja aquela adotada pela Teoria do Estado, como dito, os aportes de disciplinas como a Filosofia Política, a Antropologia Política, a Ciência Política, a História, a Economia Política e a Sociologia Política estão por toda parte. Todos os tópicos são revisados e atualizados, para evitar o anacronismo ou a esclerose causada pela mera repetição, que por vezes infelizmente se verifica. E são devidamente aprofundados, para evitar a superficialidade excessiva que também infelizmente por vezes se encontra, mas mantendo-se em mente seu público-alvo: estudantes de graduação de cursos jurídicos.

A obra encontra-se organizada, nesta primeira edição, em 10 capítulos, nos examinam-se todos os temas centrais da Teoria do Estado de forma atualizada e adequada às necessidades contemporâneas já mencionadas. O **Capítulo 1** constitui-se em uma breve introdução do leitor no fenômeno do poder político e ao Estado moderno, distinguindo

Sgarbossa & Iensue

este de outros tipos de sociedades políticas pré-modernas, acentuando seus aspectos principais.

O **Capítulo 2** examina teorias sobre a origem histórica do Estado e discussões filosóficas sobre sua justificação, tais como o contratualismo, bem como sua crítica. O **Capítulo 3** examina a historicidade do Estado, o processo de formação, duração, transformações e desaparecimento das sociedades políticas estatais. Analisa, ainda, o desenvolvimento histórico conhecido pelo Estado moderno, por meio de alguns modelos representativos de etapas fundamentais, como os do Estado absolutista, do Estado liberal e do Estado social.

O **Capítulo 4** examina o clássico tema dos elementos constitutivos do Estado, analisando os elementos geográfico, humano e político, na perspectiva predominante, e questões conexas, como a nacionalidade e as doutrinas sobre a soberania.

O **Capítulo 5** constitui um estudo sobre a forma de Estado, ou seja, sobre a organização territorial do Estado. Assim, examina os modelos do Estado unitário, do Estado federal e de outras figuras intermediárias, como os Estados regionais, bem como alguns temas conexas, como o das uniões de Estados.

O **Capítulo 6** é dedicado ao estudo da organização dos poderes ou funções estatais, analisando a temática da divisão dos poderes do Estado, e buscando compreender fundamentalmente as variantes de modelos de separação e divisão de poderes, e os diferentes tipos de arranjo dos poderes legislativo, executivo e judicial.

Teoria do Estado Moderno e Contemporâneo

O **Capítulo 7** é dedicado à forma de governo, e examina as teorias e taxinomias clássicas e contemporâneas, com ênfase no exame das monarquias, repúblicas e de suas modalidades, tais como as monarquias absolutas e limitadas, e as repúblicas democráticas e aristocráticas.

O **Capítulo 8** aborda a temática dos sistemas de governo. Nele são examinados não apenas as formas clássicas do parlamentarismo e do presidencialismo, mas também são objeto de estudo os regimes híbridos, como o semipresidencialismo e o semiparlamentarismo.

O **Capítulo 9** destina-se ao estudo dos regimes políticos. Nele distinguem-se as autocracias e as democracias, e analisam-se algumas das espécies de autocracias – tais como o Estado autoritário e o Estado totalitário –, além de se desenvolver uma Teoria da Democracia. Examinam-se neste capítulo as fases do desenvolvimento histórico da democracia moderna e a complexidade de tal conceito na contemporaneidade, focando especificamente na construção do modelo da democracia representativa liberal.

O **Capítulo 10**, por fim, é dedicado à temática dos sistemas eleitorais e partidários, instrumentos para consecução da democracia estudada no capítulo anterior, e com ela intimamente relacionados. Expõe os diversos sistemas eleitorais e partidários e evidencia, entre outras coisas, a conexão desses dois temas e o impacto dos primeiros nos últimos, bem como os limites dessas relações.

Como se pode ver, a obra é abrangente e, como perceberá o leitor, promove uma atualização da Teoria do Estado, com vistas a proporcionar um livro-texto útil para o ensino e estudo da disciplina na graduação em

Sgarbossa & Iensue

Direito. Apesar da abrangência, tem-se a intenção de revisá-la e ampliá-la em futuras edições, inclusive adicionando capítulos que agregarão conteúdo, embora em seu formato atual nada fique a dever aos demais cursos e manuais existentes na matéria.

Uma característica adicional a ser mencionada, é que se buscou restringir a bibliografia a obras e autores de excelência, tanto no que se refere a clássicos da Filosofia Política, tais como ALTHUSIUS, ARISTÓTELES, BAKUNIN, ENGELS, GRÓCIO, HOBBS, KANT, KROPOTKIN, LOCKE, MARX, MONTESQUIEU, POLÍBIO, PUFFENDORF, ROUSSEAU, SUAREZ, TOCQUEVILLE, VITORIA e outros, quanto autores clássicos e contemporâneos da Teoria do Estado e da Ciência Política e disciplinas afins, nacionais e estrangeiros, tais como BONAVIDES, BOBBIO, CAETANO, DABIN, DAHL, DANTAS, DOWNS, DUGUIT, ESMEIN, GUMLOWICZ, HAURIOU, HELLER, KELSEN, JELLINEK, LIJPHART, LOEWENSTEIN, MIRANDA, MOSCA, OPPENHEIMER, PARETO, SARTORI, ZIPPELIUS e inúmeros outros. O leitor perceberá que embora seja um manual para estudantes de graduação a presente obra pretendeu ir além do banal.

Uma última observação necessária é a de que todas as citações diretas de obras estrangeiras feitas no presente livro são traduções livres dos autores. Evitou-se a menção disso, a todo momento, no próprio texto, para tornar a leitura mais dinâmica e agradável. Nas citações diretas de textos de autores portugueses foi mantida a grafia original do português de Portugal.

Teoria do Estado Moderno e Contemporâneo

Por fim, observa-se que a presente obra é editada na forma de livro eletrônico por editora sem fins lucrativos, o Instituto Brasileiro de Pesquisa Jurídica – IBPJ, para livre distribuição e utilização, desde que respeitados os direitos autorais dos autores e da editora e citada a fonte.

Com este livro, pretendemos dar nossa contribuição aos estudos de Teoria do Estado nos cursos de Direito brasileiros.

Os Autores.